



SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO DE 18/07/2023 – ITEM 31

TC-006999.989.20-5

Prefeitura Municipal: São Luiz do Paraitinga.

Exercício: 2021.

Prefeito: Ana Lúcia Bilard Sicherle.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-14.

Fiscalização atual: UR-14.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das Contas da **Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga**, relativas ao **Exercício de 2021**.

Registre-se que, ao longo do exercício financeiro em exame, o Órgão Fiscalizador instruiu o expediente de Acompanhamento Especial da Covid-19 (TC-2284.989.21), como também o de Fiscalização Ordenada na área da Ouvidoria (TC-6848.989.21), sendo que tais informações subsidiaram a instrução deste feito.

A Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14 elaborou o Relatório de fls. 1/21 (evento 41.32), consignando na conclusão de seus trabalhos os apontamentos que seguem:

ÍNDICE GERAL DE EFETIVIDADE - IEGM/2021 = “C” - validado pela Fiscalização diante da constatação de deficiências por não atingir 50% dos quesitos nas dimensões analisadas.

I- PLANEJAMENTO – ÍNDICE “C” - apuração de impropriedades que podem comprometer o alcance das metas propostas pela Agenda ONU/2030.

CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – o Município não aderiu ao Programa de Transparência Fiscal da Lei Complementar nº 178/2021.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – elevado índice de alterações orçamentárias (47,91%); superação do limite disposto no § 1º, do artigo 167-A da Constituição Federal (89,29%).



PRECATÓRIOS – falta de quitação ou depósito nas respectivas contas do E. TJ/SP relativo ao precatório no valor de R\$ 16.761,97, sem constatação de sua equivalência no Mapa Orçamentário.

DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO – ausência de contratação de profissional de Serviço Social para atuação exclusiva na rede pública escolar, em desatendimento ao disposto na Lei nº 13.935/2019.

I-AMB e I-GOV-TI – ÍNDICES “C” - constatação de impropriedades que contribuíram para a nota alcançada nesses eixos.

FISCALIZAÇÃO ORDENADA – OUVIDORIA - ausência de elaboração do Relatório de Atividades do Exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, assim como da “Carta de Serviço ao Usuário”; falta de regulamentação e instituição do Conselho de Usuários, conforme disposições da Lei Federal nº 13.460/2017.

SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS - concessão da Revisão Geral Anual de 5,25% sobre a remuneração dos servidores municipais no período vedado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020.

PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA ONU NA AGENDA 2030, ESTABELECIDAS ENTRE PAÍSES-MEMBROS POR MEIO DA FIXAÇÃO DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – existência de falhas que podem comprometer as metas propostas pela Agenda 2030 - ONU.

Após regular notificação (evento 45.1), a Prefeita apresentou as alegações de defesa constantes dos eventos 60.1/60.3.

ATJ, sob o enfoque Econômico, salientou os bons resultados contábeis obtidos pela Municipalidade, denotando o atendimento ao disposto no § 1º, do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, acolhendo as justificativas da Origem sobre o pagamento do precatório no montante de R\$ 16.761,97. Assim, concluiu pela aprovação das contas.

Quanto à apreciação Jurídica, a Assessoria do Órgão, por remanescerem as falhas relativas ao Pagamento de Precatórios e à Concessão



de Revisão Geral Anual aos servidores em desconformidade com as disposições da Lei Complementar Federal nº 173/2020, opinou pela emissão de parecer desfavorável, contando com o endosso da Chefia de ATJ.

O d. MPC igualmente concluiu pela emissão de Parecer Desfavorável, considerando especialmente as irregularidades relativas: ao elevado índice de alterações orçamentárias realizadas no exercício em exame; e à concessão de Revisão Geral Anual na remuneração dos servidores no período vedado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020. Propôs, ainda, recomendações à Municipalidade, no sentido da necessidade de aperfeiçoamento da gestão.

SDG reputou passíveis de relevação e recomendações as impropriedades relativas: às Alterações Orçamentárias; ao Pagamento de Precatórios; e aos Índices de Efetividade da Gestão Municipal obtidos no exercício. Contudo, diante da irregularidade relacionada à Concessão da RGA aos servidores, concluiu igualmente pela emissão de parecer desfavorável.

A título de informação, consigno o resultado do julgamento das últimas contas apreciadas:

- **2017** - TC-6570.989.16-0 - Parecer Favorável, com recomendações (DOE de 08/05/2019);
- **2018** - TC-4327.989.18-2 - Parecer Favorável, com recomendações (DOE de 13/05/2020);
- **2019** - TC-4668.989.19-7 - Parecer Favorável, com recomendações (DOE de 15/07/2021); e,
- **2020** - TC-3016.989.20-4 - Parecer Favorável, com recomendações e determinação.



O processo integrou a Pauta de Julgamentos da C. Segunda Câmara, Sessão de 20 de junho do corrente, sendo dela retirado para os fins do disposto no artigo 105, inciso I, do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas.

Este é o relatório.

S